



LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO CAMPO: RESISTÊNCIAS EM CONSTRUÇÃO

ÂNGELO RODRIGUES DE CARVALHO

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a importância do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo, ofertado pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, no município de Carauari. A Pedagogia do Campo busca valorizar e fortalecer a identidade das sociedades tradicionais, bem como promover uma consciência crítica sobre suas condições e os sistemas sociais que os afetam, uma vez que essas sociedades frequentemente enfrentam desafios como a exploração dos recursos naturais, a marginalização política e econômica, bem como a ameaça de perda de suas terras e seus territórios para grandes empreendimentos do capital. Usou-se como metodologia a revisão bibliográfica sobre Educação do Campo, consubstanciando os argumentos trazidos. A Pedagogia do Campo visa promover uma educação libertadora e emancipatória para os povos do campo, das águas e das florestas, reconhecendo e fortalecendo suas formas de resistência e luta por justiça social e territorial. Desta forma, pode-se concluir que a Pedagogia do Campo incorpora métodos de ensino que favorecem o empoderamento dos educandos para que se tornem agentes de transformação em suas comunidades, capacitando-os acadêmica, social e politicamente.

Palavras-chave: Educação do Campo; Sujeitos-territórios; Sociedades tradicionais; Inclusão; Justiça Social.

1 INTRODUÇÃO

A luta pela terra e por território, é uma realidade tensa sempre presente no interior da Amazônia, e é uma das faces do Curso Pedagogia do Campo, ofertado pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, que atende os povos do campo, das águas e das florestas de onze comunidades do município de Carauari/AM.

Sob o ponto de vista de Fernandes (2016)

Construir possibilidades de superação é a perspectiva para mitigar a expropriação e destruição do campesinato. Nessa perspectiva, partimos do território como multidimensionalidade, como condição de sustentabilidade, para contribuir com a compreensão da produção territorial do mundo camponês, suas formas de subordinação, resistência e superação” (FERNANDES, 2016, p. 5).

Neste sentido, a organização dos Movimentos Sociais do Campo e dos sujeitos-territórios que lutam pela terra e por território, é uma necessidade permanente, pois o processo de territorialidade no campo é permeado de conflitualidades, como afirma Girardi (2016, p. 83) “a conflitualidade desencadeia conflitos como a luta pela terra”, uma vez que o território é definido e construído a partir de relações de poder.

No Brasil, historicamente, o principal elemento estruturante da conflitualidade existente nos mais diversos e distintos territórios e lugares do país, é a perversa concentração da terra. Tal realidade, produz a necessidade permanente dos sujeitos-territórios do campo, das águas e

das florestas construir a resistência. O que justamente acontece no território do Médio Jururá em Carauari, no interior do estado do Amazonas, onde jovens de 11 comunidades estão no exercício da organização em busca da garantia de direitos, como o direito humano do acesso à educação. E como expõe Molina (2008, p. 22) “Os direitos humanos têm como fim último, como principal objetivo, garantir a dignidade humana, que está inscrita na Constituição Federal, logo no seu artigo 1º, como um dos fundamentos que integram o Estado Democrático de Direito no Brasil”.

Nestes termos, nunca é demais lembrar que,

A educação é um direito. E como tudo que diz respeito a nós, seres humanos, a ideia da educação como um direito humano e, mais que isso, a ideia dos direitos humanos é fruto de uma longa construção histórica da luta de milhares de pessoas até chegarmos a essas conquistas. Como nos lembra BOBBIO, os direitos humanos não nascem todos de uma vez, nem se instituem todos ao mesmo tempo. Eles não são dados, eles são construídos, são uma invenção humana, e estão em permanente processo de construção, desconstrução, reconstrução” (MOLINA, 2008, p. 21).

Assim, no processo de luta pela garantia e respeito aos direitos à educação, organiza-se o Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo no município de Carauari no estado do Amazonas. As localidades atendidas pelo curso integram os territórios das comunidades tradicionais das Unidades de Conservação da Reserva Extrativista – RESEX do médio Juruá e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS de Uacari, pertencentes ao município de Carauari/AM, localizado a 1.676 Km da capital Manaus.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo, envolve jovens educandas/os que fazem parte de 11 territórios diferentes e se considerando o movimento das águas, são geograficamente distantes um dos outros. Com um total de 34 educandas/os, o trabalho com a turma funciona no interior da floresta Amazônica, propriamente dita, uma vez que o espaço de sala de aula disponibilizado aos educandos, é a base operacional da RESEX localizada na comunidade de Bauana. Até o presente momento do ano corrente (2024) a evasão foi apenas de um estudante. Logo, os desafios para o acesso ao direito à educação, estão sendo superados. Entende-se aqui, que educação “implica um diálogo profundo e simpático com a realidade circundante, com a natureza que fala, com o rio que chora, com as populações que vivem, sofrem, se alegram” (DERICKX; TRANSFERETTI, 2023, p. 29), trabalham e se reproduzem social e culturalmente no interior da floresta Amazônica.

Neste sentido, o referido trabalho traz como problema, a seguinte questão: o Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo de Carauari tem ou não conseguido promover uma territorialidade educacional dos sujeitos-territórios, no que tange a possibilidade de acesso e permanência das/os educandas/os no processo de formação profissional?

Considera-se como hipótese que a prática pedagógica adotada e trabalhada no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo, consegue promover uma formação aos sujeitos-territórios em diálogo com suas realidades históricas e culturais, respeitando e valorizando o modo de vida das/os educandas/os. Portanto, a realidade pedagógica e a prática formativa presente no Movimento Nacional por Educação do Campo, inclui os formandos de forma que permite o despertar da consciência individual e coletiva, importante não apenas para sua formação educacional, mas também social, política e humana.

Compreende-se portanto, que a prática pedagógica presente e construída na luta e no processo de organização do Movimentos Sociais e da Educação do Campo, atravessa fronteiras, pois trata-se de um fenômeno protagonizado pelas/os trabalhadoras/es do campo que vai além da luta pela terra, pelo trabalho e pela educação com o reconhecimento de suas culturas e seus saberes, envolvendo mesmo a luta pela vida.

Como afirma Caldart

A educação do campo nomeia um fenômeno de realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política da educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Os objetivos e sujeitos a remeterem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao debate (de classes) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de políticas públicas, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, p. 259).

Diante de todas essas realidades, é possível inferir que o Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo do município de Carauari/AM, compreende um nítido exemplo de organização política de luta e resistência dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas. Neste sentido, o presente trabalho objetiva analisar como o Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo tem conseguido ajudar no processo de territorialização das comunidades, fundamentalmente na luta pela garantia de seus territórios, na conquista de direitos e no processo de formação profissional dos sujeitos-territórios das sociedades locais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa, fundamentando-se na observação participante, uma vez que contou com a visita de 6 (seis) dias na localidade e no levantamento de bibliografias sobre o referido território e o papel da Educação do Campo. A convivência com os sujeitos-território, permitiu conhecer a realidade territorial, que envolve o processo de organização de outros atores coletivos como os movimentos sociais que atuam entre as comunidades do TMJ/Território do Médio Juruá.

As fontes bibliográficas que fundamentaram a realização desta pesquisa, estão diretamente relacionadas ao movimento da Educação do Campo, que tratam sobre seus princípios, perspectivas, desafios e construção, como por exemplo Caldart (2008, 2012), Fernandes (2004, 2008, 2016) e Molina (2004, 2008).

A metodologia da observação participante permitiu uma integração com os sujeitos-territórios na localidade. Como afirma Becker e Geer (1969, p. 322) a observação participante é [...] um método no qual o observador participa do dia a dia das pessoas que estão sendo estudadas, [...] observando como as coisas acontecem, ouvindo o que é dito e questionado pelas pessoas durante um período de tempo. No que tange a realização da pesquisa bibliográfica, segundo Fonseca (2002, p. 32) “Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Portanto, sua finalidade está diretamente relacionada ao aprimoramento e a atualização do conhecimento, através de investigações científicas em obras já publicadas sobre o movimento da Educação do Campo, das Águas e das Florestas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Licenciatura em Pedagogia do Campo da UEA, ofertado aos sujeitos-territórios oriundos de sociedades tradicionais do município de Carauari/AM, tem possibilitado uma abordagem educacional que busca se concentrar nas necessidades, realidades e contextos específicos dos sujeitos-territórios que vivem e se reproduzem do campo, das águas e das florestas no interior da Amazônia ocidental.

A abordagem pedagógica diferenciada do curso, faz-se necessária e é de extrema importância ao TMJ, pois permite uma territorialidade educacional, que vai desde o reconhecimento e a valorização das culturas locais, até a construção do empoderamento e da consciência autônoma dos seus sujeitos-territórios.

Refletir sobre a contribuição do Curso de Pedagogia do Campo ajuda no processo de formação e de conscientização individual e coletiva das/os educandas/os e, conseqüentemente,

favorece a construção da resistência dos povos do campo, das águas e das florestas, que sofrem com as brutais investidas do grande capital, que busca de todas as maneiras desarticular o movimento de organização das populações tradicionais da Amazônia. Os povos do campo, das águas e das florestas buscam, permanentemente, formular estratégias de territorialização dos seus sujeitos-territórios, bem como criar resistências à pauperização, à desestruturação do trabalho, à segregação socioterritorial e à violência político-cultural que se abate sobre suas populações. Para Fernandes (2008, p. 58) “a luta pela terra e a reforma agrária formam o principal fator de territorialização do campesinato no território nacional”.

Para Alentejano (2020, p. 225)

A história da questão agrária no Brasil é a história da não realização da reforma agrária, fazendo da história agrária deste país a história do predomínio absoluto do latifúndio nas suas várias facetas: base do poder e da violência no campo; bastião da improdutividade da terra no Brasil; celeiro da recente modernização agrícola, conservadora, brasileira, da qual resultou mais recentemente o agronegócio.

Pode-se inferir que, o Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo, serve de combate às práticas do agronegócio e da história sangrenta do predomínio do latifúndio. O Curso busca reconhecer e valorizar os conhecimentos, os saberes, as tradições e práticas culturais das sociedades que habitam os territórios do campo, das águas e das florestas. Assim sendo, esta realidade, ajuda a preservar e promover a identidade cultural desses sujeitos-territórios, a busca pela construção do Desenvolvimento Territorial Rural e ao fortalecimento de sua territorialidade.

Neste sentido,

Pensar o território nesta conjuntura, deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas completamente distintas. (FERNANDES, 2008, p. 59).

Portanto, os princípios da Educação do Campo no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo, assume um papel relevante no pensar sobre que tipo de projeto de sociedade, de país e de educação se pretende e se busca para os sujeitos-territórios que vivem e se reproduzem no campo, nas águas e das florestas. Nessa perspectiva, Caldart (2008, p. 75. Grifos da autora) afirma que “A Educação do Campo é superação – *projeto/utopia*: projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo-cidade, de educação, de escola. Perspectiva de *transformação social* e de *emancipação humana*”. Neste sentido, envolver ativamente os sujeitos-territórios das sociedades tradicionais do TMJ no processo pedagógico, político e educacional, a Pedagogia do Campo fortalece os laços sociais e a coesão comunitária. Nas palavras de Fernandes e Molina (2004, p. 8) “O território é um trunfo dos povos do campo e da floresta. Trabalhar na terra, tirar da terra a sua existência, exige conhecimentos que são construídos nas experiências cotidianas e na escola. Ter o seu território implica em um modo de pensar a realidade”.

O Curso de Pedagogia do Campo nasceu do movimento de articulação entre setores da sociedade civil organizada em torno do Fórum do Território do Médio Juruá e a universidade. Sendo, portanto, produto da luta coletiva dos sujeitos-territórios organizados em torno de demandas originadas pelas reivindicações das comunidades dos povos tradicionais locais. É importante salientar, que inicialmente, a proposta que resultou na construção do curso, foi produto das parcerias constituídas entre a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), a Prefeitura de Carauari, os Movimentos participantes do Fórum do Território do Médio Juruá, como a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), o Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade (ICMBio), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, entre outros.

A Pedagogia do Campo traz uma abordagem educacional que se concentra nas realidades socioculturais e nas lutas dos sujeitos-territórios que vivem e se reproduzem do campo, das águas e das florestas, reconhecendo assim a importância de uma educação que reflita as realidades e necessidades específicas dos territórios das populações do campo, das águas e das florestas, ao invés de adotar e reproduzir modelos educacionais urbanos como padrão.

4 CONCLUSÃO

Considerando a história de luta dos Movimentos Sociais do Campo, o presente trabalho traz a importância da construção do Curso Licenciatura em Pedagogia do Campo de Carauari, como mais uma ferramenta de organização e fortalecimento do Movimento Por Uma Educação do Campo no Brasil e na Amazônia. Até porque, em síntese, a Pedagogia do Campo ofertada pela UEA, é essencial aos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas, pois reconhece suas especificidades, fortalece suas identidades culturais, promove a formação profissional e intelectual, e contribui com a resistência dos sujeitos-territórios do Território do Médio Juruá.

Diante do contexto histórico, denota-se a importância da Educação do Campo, das Águas e das Florestas não apenas na construção de uma nova proposta político-pedagógica, mas fundamentalmente de um novo projeto de sociedade e na construção da resistência, onde está presente o respeito e valorização dos saberes e conhecimentos socioculturais das sociedades tradicionais, como forma de combate às desigualdades existentes na educação e na sociedade brasileira, que atingem, sobretudo, as populações que vivem e se reproduzem do campo, das águas e das florestas. A realização curso, constitui-se no movimento de resistência de quem vive e se reproduz dos recursos disponibilizados pela mãe natureza, seja da terra, dos territórios do campo, das águas e/ou das florestas.

REFERÊNCIAS

- BECKER, H. S; GEER, B. **Participant observation and interviewing**: a comparison. In: McCall, J. G; Simmons, J. L. (Ed) *Issues in participant observation*: a text and reader. Reading: Massachusetts Addison-Wesley, 1969. p. 322-331.
- CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Por Uma Educação do Campo**: Campo – Políticas Públicas – Educação. Brasília: Incra/MDA, 2008. p. 67-86.
- CALDART, R. S. **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão, 2012. 788 p.
- DERICKX, João; TRASFERETTI, José Antônio. **Reserva Extrativista**: mais vida neste chão. 1 ed. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2023.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Por Uma Educação do Campo**: Campo – Políticas Públicas – Educação. Brasília: Incra/MDA, 2008. p. 39-66.
- FERNANDES, Bernardo Maçando. MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. IN: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia M.S.A. (Orgs.). **Por uma educação do campo** – contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. 2. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

FERNANDES, Bernardo Maçando. Mestres Camponeses: a criação do TerritoriAL – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina. In: FERNANDES, Bernardo Maçando; PEREIRA, João Mário M. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Questão Agrária**. 1 Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 1-24.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Conflitualidade da questão agrária. In: FERNANDES, Bernardo Maçando; PEREIRA, João Mário M. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Questão Agrária**. 1 Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 83-116.

MOLINA, Mônica Castagna. A Constitucionalidade e a Justicibilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Por Uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: Incra/MDA, 2008. p. 19-32.